

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO FILOSÓFICA EM PORTUGAL: DOS ANOS DE AFIRMAÇÃO AO ACTUAL APAGAMENTO

Artur Manso

UMinho – IE/CIEd

Na consolidação das democracias ocidentais e na circunstância actual do desenvolvimento dos sistemas educativos no seio das mesmas, especialmente no que a Portugal diz respeito, a Filosofia da Educação enquanto base fundamental da educação filosófica, a qual desde há décadas a UNESCO vem apontando como essencial para o estabelecimento e solidificação desses regimes, teve um papel basilar e constituiu-se como estruturante da política educativa de massas, acrescentando, ainda, que a comunidade portuguesa da Filosofia da Educação, juntamente com a congénere francesa e espanhola, foi determinante para a afirmação deste novo saber. Agora, com a estabilização da democracia e a redefinição das políticas educativas gostaria de reflectir, ainda que brevemente, sobre as seguintes questões: Que Filosofia ou filosofias da Educação tem Portugal privilegiado numa altura de deliberado “apagamento” da educação filosófica em detrimento da educação científica e tecnológica? O que resta e qual a influência da Filosofia da Educação no panorama actual da educação em Portugal? Porque é a Filosofia um veículo privilegiado para o fortalecimento das democracias e após a estabilização das mesmas, acaba por se tornar irrelevante?

Palavras-chave: Educação; Filosofia; Portugal; Filosofia da Educação

“Pensar sem aprender torna-nos caprichosos, e aprender sem pensar é um desastre.”

Confúcio

“O que é ensinado em escolas e universidades não representa educação, mas são meios para obtê-la.”

Ralph W. Emerson

A pluralidade das democracias e o lugar da educação filosófica no seio das mesmas

É uma evidência que a Filosofia da Educação, cujo principal objectivo é reflectir sobre as finalidades educativas, nas sociedades democráticas, ganha estatuto de disciplina autónoma no último quartel do século XX. Manuel Alte da Veiga ao meditar sobre a totalidade da obra acerca da Filosofia da Educação de O. Fullat, um dos mais originais pensadores nesta área de conhecimento, apresenta-a como saber globalizador, compreensivo e crítico dos processos educacionais atento aos "pressupostos antropológicos, epistemológicos e axiológicos e à produção de análises críticas" (cf. Veiga, 2009: 48). Ora, daqui resulta que para Fullat e todos os outros investigadores desta área de conhecimento que o acompanham, cabe à Filosofia da Educação a compreensão da educação na linha dos saberes que a Filosofia consagrou: lógico, antropológico, epistemológico e ontológico/metafísico. A Filosofia aparece como o garante do constante questionamento daquilo que se entende, em cada época, serem os fundamentos, meios e fins da educação, competindo-lhe dotar de unidade os vários campos da existência humana. É verdade, como lembrava Rousseau que "podemos ser homens sem ser sábios", mas não poderemos ser verdadeiramente humanos sem ter a possibilidade de reflectir sobre a totalidade da nossa experiência. Ora, numa verdadeira democracia caracterizada pelo poder do povo, que naturalmente se apresenta como heterogéneo, nada, então, será mais útil que a educação filosófica.

Contudo, acontece que a educação actual, nas democracias já consolidadas, se encontra excessivamente centrada na ciência e na tecnologia, ou seja no saber fazer. Não que ao longo dos tempos tenha sido de forma diferente, basta revisitar os debates sobre o tema na transição do século XIX para o XX, onde o cientismo positivismo ganhava força e subjugava qualquer outra tentativa de interpretação da realidade e se essa fosse de índole ontológico-metafísico, só lhe restava a humilhação. A instrução sempre foi procurada pelo seu carácter utilitário e desde os sofistas que os professores mantêm um interesse material na mesma. O que se ensina, quer seja no campo das humanidades, quer no das ciências e tecnologia é na generalidade pago. A escola é assim um negócio firmado de que muita gente tira benefícios materiais. A obrigação de haver uma política educativa equilibrada, isto é, preocupada com a verdadeira formação dos indivíduos, não é tida em conta, muito menos quando os medos dos fundamentalismos deixam de ser uma preocupação das sociedades. Como de facto a educação é um negócio cujo

produto se mede pela rentabilidade futura de cada um que frequenta a escola e como os dividendos das humanidades são pouco significativos, os governos preferem invocar que formam todos os indivíduos de igual maneira, dando-lhes a possibilidade de alcançar o sucesso material e económico que permite a educação científica e tecnológica, que só em casos muito raros a educação humanística poderá permitir.

O estudo da Filosofia e a reflexão filosófica sobre a educação depende da procura por essa área de saber e a mesma liga-se directamente à percepção da sua maior ou menor utilidade por parte dos decisores das políticas públicas da educação. A educação filosófica não terá uma tarefa fácil em tempos de massificação da informação e da proliferação tecnológica. Por isso deveria agora preocupar-se em ensinar a ver, escutar, interpretar, não o que é matéria oficial dos currículos escolares, mas o que se constitui como verdadeira inquietação para cada indivíduo. A educação filosófica, em tempos de crise acentuada, dá sentido à muita ciência e tecnologia enquanto saberes essenciais, mesmo que desenraizados dos indivíduos, conjuntamente com as questões mais prementes que se lhes colocam como as que se prendem com os valores e o sentido da nossa acção. Ela é imprescindível para reflectir sobre a constância dos grandes paradigmas em que se formou a humanidade: a Liberdade, o Determinismo, a Justiça, o Bem, a Virtude, a Amizade, o Amor, Deus, Eternidade, Tempo, Morte, Beleza... O imenso progresso científico e tecnológico em nenhum tempo ou lugar anulou a preocupação de cada um por esses princípios universais que hoje, tal como aconteceu ontem e será uma realidade amanhã, se constituem como problemas centrais na vida de cada um. Parece ser verdade que em épocas de crise e na construção das sociedades democráticas, o saber filosófico tem uma procura maior e é superiormente considerado, em linha inversa ao que acontece após a consolidação desses regimes. Ou seja, tal como no tempo de Péricles, quando a situação social e política é opressora, a Filosofia torna-se útil mesmo para procurar as bases da tolerância e aceitação da diferença. Em sentido inverso, quando se julga estabelecida a pluralidade em que assenta a democracia, a Filosofia parece deixar de ter utilidade e em consequência é votada ao esquecimento, sendo os seus ensinamentos secundarizados e postos de parte. Só que, como o desenrolar da história universal nos tem mostrado, os regimes plurais e livres, são frequentemente invadidos por derivas políticas totalitárias e opressoras. A Filosofia da Educação é talvez o melhor instrumento para manter vivo o espírito aberto e tolerante

das democracias, evitando um apagamento da pluralidade e integração do outro, prevenindo, assim, o estabelecimento das condições para o regresso dos totalitarismos.

A Filosofia da Educação no contexto português

Como sabemos a tradição filosófica em Portugal já é centenária. Começou nas escolas religiosas e, com mais ou menos fulgor, foi-se mantendo ao longo dos tempos. Mas o ensino da Filosofia, não implica directamente uma Filosofia da Educação, esta surgiu muito mais tarde já em plena revolução sócio-educativa gerada com o movimento da Educação Nova. Com a democracia e a conseqüente massificação do ensino e da educação, de facto verificou-se uma maior ligação entre a Filosofia e a educação filosófica, sendo esta disciplina durante décadas propedêutica para outras formações, nomeadamente a de professores. Hoje a realidade é bem diferente, pois nem para ingressar no curso de Filosofia ela é exigida e a formação de professores não só tem vindo a diminuir a componente filosófica do seu currículo, como nalguns casos ela já a abandonou ou tende a abandonar, tanto mais que o recente Decreto Lei 7/2014 de 14 de Maio, publicado no *Diário da República*, Iª série, nº 92, considera as áreas de que ela trata transversais às diversas disciplinas. Mas, se assim é, coloca-se a questão: se tais conteúdos são transversais é suposto que todos os professores do currículo estejam na sua posse. Ora, como os poderão ter adquirido se ao longo da sua formação nunca lhes foram ensinados? Estamos a falar de professores de todas as áreas e não apenas dos de Filosofia, História e Literatura que poderão, porventura, ter adquirido na formação base conhecimento, ainda que incipiente, nalgumas destas áreas.

É essencialmente nesta indefinição dos campos de conhecimento adequados à formação humana dos futuros professores e educadores de todas as áreas, que aqui começarei a traçar a herança portuguesa nesse percurso que como se verá, quanto à vertente da Filosofia da Educação e educação filosófica, também já é longa, mesmo que enquanto área científica tenha apenas surgido com a proliferação dos Estados democráticos que promoveram a universalização da educação e a Filosofia enquanto ciência primeira, no desenrolar de um foco privilegiado na meditação da questão educativa, deu origem à Filosofia da Educação, tal como ao longo dos tempos foi gerando outras ciências.

Os trabalhos fundadores desta área de saber de, entre outros, R. S. Peters, P. Hirst, O. Reboul e O. Fullat, tiveram um grande impacto no meio académico português. Com

esse entusiasmo gerou-se uma comunidade de filósofos da educação oriundos da França, Espanha e Portugal, que em conjunto, produziram um manancial considerável de conhecimento nesta renovada área científica. Contudo, a reflexão filosófica sobre a educação em Portugal já se vinha fazendo há várias décadas, ainda que de forma fragmentada. Disso mesmo nos dá conta o trabalho de Manuel Ferreira Patrício sobre a filosofia da educação em Portugal no século vinte (cf. Patrício, 2000). Este ensaio começa, assim, em bases actuais, a história da Filosofia da Educação em Portugal que é preciso continuar a fazer. Nele, o seu autor faz uma apresentação dos principais teóricos que entre nós suportam esta investigação, começando em Sampaio Bruno, aqueles que estiveram nos movimentos da *Renascença Portuguesa*, como Pascoaes ou Leonardo Coimbra, outros que estiveram nas fileiras da *Seara Nova*, bem como os que passaram por ambos os movimentos como António Sérgio, Jaime Cortesão, Raul Proença. Mas também há os apenas seareiros como Faria de Vasconcelos que ainda no primeiro quartel do século XX, em 1917, na Solene Instalação do Curso de Pedagogia no Instituto Normal Superior de La Paz, Bolívia, apresenta um currículo com a duração de quatro anos, abundando nos três primeiros disciplinas da área da psicologia e no quarto e último ano, mais virado para as questões escolares, consta a Filosofia da Educação, exactamente assim designada (Cf. Vasconcelos, 2000: 330-331). A sua preocupação com o fundamento filosófico da educação é aí bem evidente, definindo que “o curso de *Filosofia da Educação* permitirá descobrir as tendências e fins para os quais se deve orientar a obra educativa” (ib.: 335). Ideário que retoma na obra que intitulou *Problemas escolares*, de 1934, onde a primeira das cinco partes que a compõem é nomeada de Filosofia da Educação em cujo final do ponto um deixa impresso: “a pedagogia contemporânea se inspira num elevado ideal filosófico de cultura individual e social [...] tem como culto o ideal científico da verdade, o ideal moral do dever, da justiça e da bondade, o ideal estético da beleza, ideais mutuamente entrelaçados de modo tal que um não pode ser perseguido sem que os outros o sejam também, se o homem quiser ser um verdadeiro homem” (Vasconcelos, 2010: 9), para mais à frente concluir: “a obra educativa não é só uma obra de ciência e de acção, mas também uma obra de filosofia e de poesia incessante” (Vasconcelos, 2010: 10). Trata também do movimento do *Orfeu*, não esquecendo os discípulos de Leonardo Coimbra: Álvaro Ribeiro, José Marinho, Delfim Santos, que ao entender que “a pedagogia pressupõe sempre uma antropologia, ou teoria do homem, e, conforme a visão que cada época tem

do problema, assim se propõem métodos que apenas são válidos no período orientado pela predominância valorativa do tipo de homem que a resposta enuncia” (Santos, 1982b: 477), releva neste campo o papel central da antropologia filosófica. Lembra, ainda, Sant’anna Dionísio e Rui Grácio, que deu especial importância à educação estética, a revista *Brotéria* e o trabalho singular do prof. Manuel Antunes, acabando com Agostinho da Silva, o conciliador de opostos, que tudo incluiu na sua original teoria da educação.

Convém dizer que a obra de parte destes autores no que à Filosofia da Educação ou à educação filosófica diz respeito, ainda não foi estudada. É preciso, por isso, continuar este esforço iniciado por Ferreira Patrício e acrescentar-lhes outras personagens que vão sendo descobertas e estudadas, como é o caso de José de Sousa, Fidelino de Figueiredo e M Gonçalves Viana sobre os quais já tive oportunidade de escrever. É verdade que destes escritos, de sustentação filosófica um pouco vaga, não resulta imediatamente uma determinada Filosofia da Educação, mas o facto de sustentarem a sua reflexão educativa numa perspectiva filosófica que assumem como essencial para fundamentar as ideias educativas que propõem, fazem deles pioneiros de uma área científica, a Filosofia da Educação, que em Portugal ainda estava longe de ser considerada.

Não há dúvida, por isso, que para este rol de pensadores, a Filosofia tornava-se imprescindível à educação tal como podemos conferir em Delfim Santos que em 1946 num pequeno texto intitulado *O pensamento filosófico em Portugal*, traça o perfil de dezanove personalidades que, num momento ou outro da história do pensamento filosófico português, se vieram a destacar. Inicia em Pedro Julião ou Pedro Hispano, o papa João XXI e termina no seu mestre Leonardo Coimbra. Todos eles, ou quase todos foram filósofos e também pedagogos de obra conhecida, como acontece com outras figuras que aqui nos são dadas a conhecer como António de Gouveia, Francisco Sanches ou Luís Verney. Para os meus propósitos interessa-me destacar o combate levado a cabo nas décadas finais do século XIX e nas primeiras do século seguinte, porque, neste período, a mentalidade positivista então vigente gerava diversas reacções ao mesmo tempo que novas ciências que muito iriam contribuir para o progresso da Pedagogia, nomeadamente a Psicologia e a Biologia, se começavam a afirmar. Neste quadro Delfim Santos realça a obra de Domingos Tarrozo *Monopólio da ciência oficial*, uma das críticas mais acérrimas à pedagogia tradicional e o grande pedagogo de feição filosófica

da época M. A. Ferreira-Deusdado que tanto pugnou pela reforma da pedagogia portuguesa em todos os graus, mas especialmente no nível secundário, para o qual reformou os programas de História, Geografia e Filosofia. Teórico com grande fundamentação prática, pois enquanto escrevia e alimentava a publicação que fundou e dirigiu durante quinze anos, a *Revista de Educação e Ensino*, deu aulas quer no ensino secundário, quer no superior, desempenhando ainda diversos cargos oficiais ligados à área pedagógica e educativa. Como muito bem viu Delfim Santos todo este labor visava construir uma pedagogia que se inscrevesse na realidade portuguesa, como fica demonstrado no livro que intitulou *Educadores portugueses*, onde “procura, através da história, a linha directriz de uma pedagogia nacional” (Santos, 1982a: 452).

Mas é duas décadas mais tarde, na primeira Faculdade de Letras do Porto, criada por Leonardo Coimbra que também escolheu uma boa parte dos professores que aí vieram a leccionar que se formou o primeiro escol que veio a pensar a educação sob a perspectiva filosófica. Para além de Leonardo, outros professores como Newton de Macedo e Aarão Lacerda, publicaram textos sobre Filosofia e educação o que fortalece o trabalho que aí se fazia. O corpo docente em parte recrutado num grupo de amigos e conhecidos de Leonardo, veio dar maior solidez à pedagogia aí implantada que era uma preocupação comum a quase todos. Newton de Macedo escreve *A crise moral e a acção pedagógica*, dissertação que apresenta para obter a graduação em bacharel em Filosofia em 1917. Aarão Lacerda, em 1922 publica *Para uma finalidade da educação no actual instante*, texto que é o resultado de uma conferência realizada no Ateneu Comercial do Porto no Serão de Arte Comemorativo do 52º aniversário da fundação da sua biblioteca, ocorrida a 12 de Dezembro de 1921, ambos os textos, ainda pouco conhecidos revelam a efectiva preocupação com as questões do ensino e da educação destes docentes do ensino superior que na altura, por norma, não era costume preocuparem-se com os níveis de ensino que não o universitário. Em ambos se nota uma consonância com a preocupação pedagógica leonardina, apresentando o texto de Newton de Macedo um roteiro valioso para a reforma do ensino e da educação liceais, nomeadamente, das disciplinas de Filosofia e Moral, assunto que continuou a ocupar o seu pensamento no ensaio *A pedagogia científica e o problema dos valores*, (memória apresentada à Junta de Educação Nacional) manuscrito inédito datado de 7 de Setembro de 1931 que em 2014, conheceu edição no volume II da *Obra completa de Newton de Macedo* (cf. Macedo, 2014: 159-242). Estes textos revestem uma importância maior devido ao facto de o seu

autor ter uma sólida formação científica, tal como Leonardo, servindo-se dela para, passo a passo, mostrar que a formação científica em todos os graus de especialização, necessita efectivamente de uma formação filosófica e moral paralela, não a título de escolha ou de acrescento à designada cultura geral, mas como área de estudo obrigatório e universal. As ideias cotejadas nestes textos põem mais a claro as bases pedagógicas e científicas que tornaram única a efémera experiência de ensino e aprendizagem da primeira Faculdade de Letras do Porto. Os resultados das aprendizagens durante o período em que esteve em funcionamento devem-se à partilha conjunta dos mesmos princípios e ideias pedagógicas, que emanadas do corpo docente terão despertado a vocação pedagógica num leque alargado de alunos que por motivos diversos decidiram frequentar esta escola. Leonardo escolheu para aí leccionar, gente que já conhecia e com quem partilhava uma boa parte da pedagogia posta em prática. Mas os alunos não foram por si escolhidos. O sucesso das aprendizagens deveu-se, assim, à comunhão de um ideário por parte dos docentes que veio a prolongar-se nos alunos que frequentaram a instituição. Foi o pensamento especulativo aquele que nos discípulos melhor se entranhou, à semelhança dos mestres que os ensinaram. Desse escol destaque os maiores deles e pequenos trechos das respectivas obras: Agostinho da Silva e a sua *Educação de Portugal*, Álvaro Ribeiro e a *Escola formal*, José Marinho e a sua *Filosofia, ensino ou iniciação?*, Delfim Santos e a sua *Fundamentação existencial da pedagogia*, Santana Dionísio e a sua *Filosofia como objecto da pedagogia*. Mas estes discípulos souberam também agregar uma nova geração em torno de um mesmo projecto, aquele que pensa a educação com o auxílio da Filosofia tais como António Quadros, Orlando Vitorino ou Manuel Ferreira Patrício.

Passaram-se, contudo, mais algumas décadas, até que no fim dos anos de 1970 em consequência da reforma educativa gizada por Veiga Simão e da mudança de regime para uma democracia plena, se começa a trazer a Filosofia para a reflexão pedagógica. Há notícia de o Instituto Superior de Psicologia Aplicada, ter leccionado nos seus cursos, em finais de 1960, uma disciplina designada História e Filosofia da Educação. Também a Faculdade de Ciências de Lisboa iniciou no ano lectivo de 1976/77 a leccionação da cadeira de História e Filosofia da Educação, ainda que opcional, no 3º ano do curso de Química, estendida no ano seguinte, com o mesmo estatuto, ao mesmo ano de Matemática, cenário que se manteve até ao ano lectivo de 1983/84, ano em que

foi criado o Departamento de Educação e a disciplina passou a fazer parte dos currículos da formação em ensino (cf. Gomes et al, 1988: 68-71)

O movimento gerado em torno da reforma do ensino da Filosofia no ensino secundário com o designado projecto Carrilho apresentado em 1990 é bem ilustrativo do novo poder reivindicativo que a Filosofia reclamava junto dos decisores políticos. Talvez este seja o movimento mais abrangente e empenhado na defesa do estatuto da Filosofia e do seu imprescindível papel nos currículos do ensino secundário. Nesta luta estiveram, lado a lado, de forma pouco comum, professores do ensino secundário e do ensino superior.

Por esta altura, aproveitando a tradição ocidental da Filosofia, França, Espanha e Portugal desenvolveram uma importante investigação na área da Filosofia da Educação. Em Madrid, no ano de 1988 realizou-se o *Congresso Internacional de Filosofia de la Educación*, em 1989 decorreu em Barcelona o *Symposion Internacional de Filosofia de l'Educació*, em 1997 realizou-se em Braga o *I Encontro Nacional de Filosofia da Educação* e em 1998 decorreu no Porto a *Primeira Conferência Internacional de Filosofia da Educação*. Estes são, assim, os marcos fundadores, em moldes modernos, da Filosofia da Educação enquanto disciplina autónoma no espaço ibérico.

Foi por isso natural a formação de uma comunidade de professores e alunos empenhados em desenvolver estas temáticas e desde então, o espaço ibérico foi acarinhando estes estudos, empenhando-se em manter a comunidade unida nos interesses comuns. Foram criados mestrados e doutoramentos, bem como diversos grupos de investigação em torno da Filosofia da Educação.

Em Portugal os seus impulsionadores foram Manuel Alte da Veiga e José Ribeiro Dias da Universidade do Minho, Adalberto Dias de Carvalho da Universidade do Porto e Manuel Ferreira Patrício, da Universidade de Évora. João Boavida, da Universidade de Coimbra, também esteve sempre com este movimento, como próximo esteve Leonel Ribeiro dos Santos da Universidade de Lisboa. Outros houve que de uma maneira ou de outra, foram pioneiros como Filipe Rocha e João Evangelista Loureiro.

Naturalmente, no rol deste projecto bem sucedido não poderia deixar de destacar Manuel Ferreira Patrício que transportou todo este labor para a AEPEC – Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural, surgida após a proposta de Reforma do Sistema Educativo de 1986 e que ao longo de décadas promoveu quase uma dúzia de

Congressos Científico-Pedagógicos, reunindo nesses fóruns os actores de todas as áreas educativas, professores de todos os níveis de ensino, alunos, pedagogos, políticos, sindicalistas, administradores públicos e privados, de diversas ideologias e pensamento contraditório, em favor de uma escola globalizadora e universalista, que designou Escola Cultural. O papel central da Filosofia da Educação neste projecto está bem presente nas *Bases Filosófico-Pedagógicas* que Patrício estabeleceu para essa Escola onde enfatiza que o sujeito da educação deve ser a pessoa, que a teoria da educação se deve basear na cultura, que a escola deve ser a “oficina da humanidade” perfeitamente integrada na comunidade em que se insere e na vida que a alimenta, considerando de igual modo a dimensão perceptiva, cognitiva e racional, ética, estética e religiosa do ser humano e concedendo a cada um a total liberdade de aprender. Ora é portanto uma antropologia personalista que sustenta as bases deste projecto.

Também a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa tem vindo nos últimos anos, sob a coordenação de Maria Luísa Ribeiro Ferreira e António Pedro Mesquita, a desenvolver um trabalho importante para a educação filosófica no que ao ensino e aprendizagem da Filosofia diz respeito cujo último livro publicado *Ensino público da filosofia. Perspectivas programáticas e ideológicas* (2014) reúne e aprecia os programas da disciplina de Filosofia desde 1895 até agora, ou seja, aqueles que resultaram após a criação dos liceus públicos em Portugal no ano de 1836 em consequência da reforma levada a cabo por Passos Manuel.

Todos estes trabalhos de reflexão colectiva preocupam-se primeiramente com a realidade portuguesa e muitos outros continuaram o trabalho, fundamentando o estatuto da Filosofia da Educação em pleno respeito pela tradição filosófica.

Na altura em que se escreve este texto, no campo estrito da Filosofia da Educação apenas se mantem em plena actividade o Gabinete de Filosofia da Educação, sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e pelo menos por isso, herdeira do legado de Leonardo Coimbra, dirigido desde a sua fundação pelo professor Adalberto Dias de Carvalho. É a este professor e investigador que em Portugal se deve a maior obra sistematizada nesta área, que acolhe a quase totalidade da investigação feita no nosso país, tendo, ainda, sido capaz de a estender ao espaço lusófono. Da sua iniciativa tem resultado um rol apreciável de publicações e a excelente revista *Itinerários da Filosofia da Educação*, réstia de esperança para que esta área do saber volte a ser procurada e

incrementada em Portugal e restante espaço da língua portuguesa. Este é o único núcleo de Filosofia da Educação em Portugal que se mantém activo, cumprindo os objectivos que lhe deram origem e que tem hoje a superior missão de agregar aqueles que ainda persistem no estudo e investigação destas temáticas, a título individual, em algumas Universidades do nosso país. Se assim não fosse, essas “ovelhas tresmalhadas” teriam muita dificuldade em dar visibilidade ao seu trabalho. É o Gabinete de Filosofia da Educação que desde há vários anos organiza Conferências, Colóquios e Encontros científicos de âmbito nacional e internacional que nesta área acontecem entre nós. Adalberto Dias de Carvalho, com uma visão futurante, foi capaz de criar a SOFELP – Sociedade de Filosofia da Educação de Língua Portuguesa, proporcionando assim um maior espaço, todo aquele que une os falantes do português, para albergar um projecto comum.

Adalberto Dias de Carvalho tendo iniciado os seus estudos na área da epistemologia, em 1998 com o ensaio *Educação como projecto antropológico*, traz definitivamente a reflexão filosófica sobre a educação para o campo da antropologia filosófica acompanhando o movimento fundador atrás referido, preocupação que, como acabamos de ver, está na base das especulações educativas dos mais destacados filósofos da educação de matriz portuguesa. Será então nesta linha que o ilustre pensador orientará o trabalho desenvolvido no seio do Gabinete de Filosofia da Educação como mostra muito bem a obra aí produzida, quer da sua autoria individual, quer dos projectos colectivos, da qual deixo uma pequena, mas significativa lista: *A contemporaneidade como utopia* (2000) - autor; *Filosofia da educação. Temas e problemas* (2001); *Problemáticas filosóficas da educação* (2005); *Da ética á utopia em educação* (2005) - autor; *Dicionário de Filosofia da educação* (org.) (2006); *Contemporaneidade educativa e interpelação filosófica* (2010) – autor; *Limiares críticos da educação contemporânea* (2010) – autor; *Solidão, educação e condição humana* (2011); *Solidão e solidariedade: entre os laços e as fracturas sociais* (2011); *Interculturalidade, educação e encontro de pessoas e povos* (2013) - *Antropologia da exclusão ou o exílio da condição humana* (2013) – autor. Impõe-se, por isso, um estudo de conjunto sobre a totalidade da sua obra que estabelece um percurso próprio, assente numa especulação original em torno das perenes questões filosóficas que servem de suporte às mais diversas teorias educativas e práticas pedagógicas. Tem aqui Portugal um filósofo de excelência na área de conhecimento da Filosofia da Educação, pois todos os seus trabalhos individuais e

colectivos, preocupam-se com a realidade portuguesa, fundamentando o estatuto da Filosofia da Educação em pleno respeito pela tradição filosófica.

Pese embora este excelente exemplo que continua em actividade, infelizmente, em Portugal, de ano para ano, temos vindo a assistir a um progressivo retrocesso nesta área de conhecimento. A disciplina desapareceu da maior parte dos currículos onde existia no ensino superior, nomeadamente na formação de professores, onde durante anos desempenhou um papel central e os mestrados e doutoramentos nesta área ou se extinguíram, ou então, têm uma procura cada vez mais diminuta.

É evidente que há trabalho a destacar na pequena comunidade que se assume herdeira destes percursos, mas a sua inventariação será feita em outro lugar. Os percursos, continuadores e sucessores da Filosofia da Educação em Portugal estão cientes que pensar a educação sob a perspectiva da Filosofia é ajudar o indivíduo a ser um agente crítico e um cidadão responsável ante as certezas e os dogmatismos que as sociedades democráticas invocam e tornam obrigatórias nos currículos escolares que obrigam a seguir até cada vez idades mais avançadas.

Bibliografia

AA.VV. (1989). *Symposion Internacional de Filosofia de l'Educació*. Barcelona: Universitat Autònoma.

AA.VV. (1990). *Filosofia de la Educacion Hoy – Entorno filosófico y contexto pedagógico* (2 vol.s) (Actas del Congreso Internacional de Fil. de la Educación, Madrid, 1988). Madrid: Univ. Nac. de Educ. a Distancia

Carvalho, A. D. (1998/99). “O estatuto da Filosofia da Educação: Especificidades e perplexidades”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*.

Carvalho, A. D. (Coord.), (2000). *Diversidade e Identidade – 1a Conferência Internacional de Filosofia da Educação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Carvalho, A. D. (Org.), (2001). *Filosofia da Educação: Temas e Problemas*. Porto: Afrontamento.
- Dias, J. R. & Araújo, A. F. (org.) (1998). *Actas do I Encontro Nacional de Filosofia da Educação*. Braga: CEEP.
- Dias, J. R. (1993). "Filosofia da educação. Pressupostos, funções, método, estatuto". *Revista Portuguesa de Filosofia*, 49 (1-2), pp. 3-28.
- Droit, R. P. (1995). *Philosophie et Démocratie dans le monde. Une Enquête de l'Unesco*. Paris : Le Livre de Poche/UNESCO.
- Fullat, O. (1979). *Filosofias de la educacion*, 2^a ed.. Barcelona: Ceac.
- Fullat, O. (1990). "Estatuto Epistemológico de la Filosofía de la Educación", in AA.VV., *Filosofía de la Educación Hoy*. Madrid: Dykinson, pp. 423-448.
- Fullat, O. (1992). *Filosofía de la Educación, Paideia*. Barcelona: Ed. CEAC.
- Gomes, J. F.; Fernandes, R.; Grácio, R (1988). *História da educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Hannoun, H. (1995). *Comprendre l'éducation. Introduction à la philosophie de l'éducation*. Paris: Nathan.
- Hirst, P. & White, P. (Ed.), (1998). *Philosophy of Education – Major Themes in the Analytic Tradition*. (4 vols). London: Routledge.
- Hirst, P. H. (1978). *Knowledge and the curriculum – A collection of philosophical papers*. London: Routledge and K. Paul.
- Houssaye, J. (dir.) (1999). *Éducation et philosophie, approches contemporaines*. Paris: ESF.
- Macedo, Newton (2014). *Obra completa de Francisco Newton de Macedo*, 2^o vol. Porto: Universidade Católica Editora – Porto, pp. 159-242.
- Manso, A. (2009). "Para uma filosofia da educação de matriz portuguesa: o contributo de Fidelino de Figueiredo". *Itinerários de Filosofia da Educação*, 7, pp. 3-19.

- Manso, A. (2012). “Para uma filosofia da educação de matriz portuguesa: o contributo de Mário Gonçalves Viana”. *Itinerários de Filosofia da Educação*, 11, pp. 3-17.
- Manso, A. (2011). “As *Notas de Pedagogia Philosophica* (1890) de José de Sousa no enquadramento positivista dos currículos liceais portugueses em finais de 1800”. *Livro de Atas XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, vol I. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda – Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto, pp. 35-40.
- Mesquita, A. P. & Ferreira, M. L. (coord.) (2014). *Ensino público da Filosofia. Perspectivas programáticas e ideológicas*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Patrício, M. F. (1996). "Pela construção de uma filosofia da educação no horizonte do universal concreto". *Revista Portuguesa de Filosofia*, 52, pp. 633-666.
- Patrício, M. F. (2000). “Filosofia da educação em Portugal no século XX”. In Calafate, Pedro (dir.). *História do pensamento filosófico português*, vol V, Tomo 2. Lisboa: Caminho, pp. 71-134.
- Peters (1977). *Filosofia de la educacion*, trad. Francisco G. Aranburo. México: Fondo de Cultura Económica.
- Reboul, O. (1981). *La philosophie de l'éducation*. Paris : PUF.
- Santos, D. (1982a). “O pensamento filosófico em Portugal”, in *Obras completas I. Da filosofia*, 2ª ed. Lisboa: FCG, pp. 438-454.
- Søetard, M. (1997). “Pédagogie, Philosophies historiques et Philosophie de l'éducation”. *Revista Portuguesa de Educação*, 10 (2), pp. 35-44.
- Soveral, E. A. de (1985). “Questões prementes de Filosofia da Educação”. *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Filosofia, 2ª série, no 1, 7-46. Universidade do Porto.
- UNESCO (2007). *La philosophie, une école de la liberté – Enseignement de la philosophie et apprentissage du philosophe: état de lieux et regards pour l'avenir*.

Vasconcelos, F. de (2000). *Obras completas*, vol. II (1915-1920). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vasconcelos, F. de (2010). *Obras completas*, vol. V (1933-1935). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Veiga, M. A. da (1988). *Filosofia da educação e aporias da religião*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Veiga, M. A. da (2009). *Um critério para a educação?*. Covilhã: LusoSofia Press.